



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL - TCDF
SECRETARIA DE LICITAÇÃO, MATERIAL E PATRIMÔNIO - SELIP
SERVIÇO DE LICITAÇÃO - SELIC

TCDF - SELIP/SELIC
Processo 12830/2017
RA

OFÍCIO Nº 23/2019 - SELIC/TCDF¹

Brasília/DF, 11 de fevereiro de 2019.

Prezado(a) Senhor(a),

Ao cumprimentá-lo(a), convidamos Vossa Senhoria a apresentar proposta de preço objetivando o **fornecimento de licença de uso permanente de módulos, objetivando a aquisição e a subscrição de plug-in's, templates e banco de imagens necessários para implementação e manutenção do novo Portal externo (website) e interno (intranet) do Tribunal de Contas do Distrito Federal, através de programação aberta (open source)**, conforme as especificações e as qualificações apresentadas neste Instrumento e seus anexos, mediante **dispensa de licitação**. Cabe esclarecer que a proposta encaminhada anteriormente foi utilizada para fins de estimativa de preços, mas não contém todos os elementos formais para participação no procedimento de dispensa de licitação, razão pela qual encaminhamos o presente Ofício.

2. Para que a Administração possa adjudicar a Vossa Senhoria o direito de execução do objeto supracitado, caso apresente o menor preço dentre aqueles cotados, solicitamos a confirmação e a aceitação das condições estipuladas no Anexo I (Projeto Básico) deste Ofício.

3. Para isso, a **proposta** deverá:

- I. **Ser entregue** no Serviço de Licitação deste Tribunal, enviada pelo fax: 3314-2742, ou para o e-mail selic@tc.df.gov.br **até o dia 15.02.2019**, devidamente assinada pelo proponente, contendo especificação clara do serviço;
- II. Informar a validade da proposta com, no mínimo, 60 (sessenta) dias corridos;
- III. Informar nº do CNPJ para obtenção, via internet, das CNDs (SEF/DF, Fazenda Federal, INSS e justiça trabalhista) e do Certificado de Regularidade do FGTS; e
- IV. Informar prazo de entrega de, no máximo, 15 (quinze) dias corridos após o recebimento da Nota de Empenho;

¹ À CS TECHNOLOGIES LTDA (CNPJ 05.282.669/0001-37)

Contatos: (11) 99595-9361 - 4063-6450 / silvio@cstreina.com.br



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL - TCDF
SECRETARIA DE LICITAÇÃO, MATERIAL E PATRIMÔNIO - SELIP
SERVIÇO DE LICITAÇÃO - SELIC

TCDF - SELIP/SELIC
Processo 12830/2017
RA

4. A habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF (habilitação parcial) e da documentação complementar especificada neste Instrumento.

4.1. O licitante que não atender às exigências de habilitação parcial no SICAF deverá apresentar documentos que supram tais exigências.

4.2. O licitante deverá apresentar, no mesmo prazo para a entrega da proposta, a seguinte documentação complementar:

I. Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda do Distrito Federal, em conformidade com o art. 193 da Lei nº 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), c/c o inc. XIII do art. 4º da Lei nº 10.520/2002 e art. 14, inc. V, do Decreto Federal nº 5.450/2005 c/c art. 7º do Decreto Distrital nº 25.966/2005. Esta certidão será exigida se não estiver contemplada no SICAF.

II. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT); e

III. Declaração de que atende aos requisitos previstos no art. 2º da Lei Distrital nº 4.770, de 22 de fevereiro de 2012;

4.3. Os documentos que não estejam contemplados no SICAF, ou que nele constem como vencidos, deverão ser remetidos em conjunto com a proposta de preços, em prazo idêntico ao estipulado para a entrega da proposta.

4.4. Em caráter de diligência, poderão ser solicitados, a qualquer momento, em original ou por cópia autenticada, os documentos remetidos por fax ou e-mail, bem como correções ou omissões na proposta e documentação remetidas.

4.5. Os documentos encaminhados deverão estar em nome do licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ.

4.6. A não apresentação da documentação constante dos incisos I e II do item 4.2 não implicará a inabilitação do licitante, salvo se não houver possibilidade de consulta dos documentos via Internet.

5. O preço cotado deverá incluir todos os tributos, taxas, embalagens, encargos sociais, fretes, seguro, assistência/suporte técnico durante período de garantia, se for o caso, e quaisquer outras despesas que incidam sobre o objeto a ser executado.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL - TCDF
SECRETARIA DE LICITAÇÃO, MATERIAL E PATRIMÔNIO - SELIP
SERVIÇO DE LICITAÇÃO - SELIC

TCDF - SELIP/SELIC
Processo 12830/2017
RA

6. Caso seja o adjudicatário, **o pagamento será processado no prazo de até 05 (cinco) dias úteis** após a devida atestação da Nota Fiscal, sendo necessária a apresentação da 1ª via da Nota de Empenho.
7. As sanções aplicáveis a este procedimento de contratação estão disponíveis no item 8 do Anexo I (Projeto Básico).
8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Instrumento, quando definidos em dias, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.
- 8.1. Somente se iniciam ou vencem os prazos em dias que haja expediente neste Tribunal de Contas do Distrito Federal.
- 8.2. Para os fins do item 8, serão considerados dias úteis aqueles definidos no calendário oficial do Tribunal de Contas do Distrito Federal, salvo aqueles envolvendo prazos definidos automaticamente pelo sistema *ComprasNet*.
9. Seguem anexos a este Edital:
- 9.1. Anexo I (Projeto Básico);
- 9.2. Anexo II (Especificações Técnicas); e
- 9.3. Anexo III (Modelo da Proposta de Preços).

Para informações de ordem técnica, favor entrar em contato com o Serviço de Desenvolvimento de Sistemas (SDS) do TCDF, localizado no Térreo do Ed. Anexo do Tribunal de Contas do Distrito Federal, telefone (61) 3314-2277, das 13h00 às 18h30, ou, para outras informações, com o Serviço de Licitação, via telefone (61) 3314-2402.

Atenciosamente,

ASSINADO DIGITALMENTE

Wildson Prado Oliveira
Serviço de Licitação
Chefe



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL - TCDF
SECRETARIA DE LICITAÇÃO, MATERIAL E PATRIMÔNIO - SELIP
SERVIÇO DE LICITAÇÃO - SELIC

TCDF - SELIP/SELIC
Processo 12830/2017
RA

OFÍCIO Nº 23/2019 - SELIC/TCDF**ANEXO I
PROJETO BÁSICO**

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL	
PROJETO BÁSICO Nº 03/2019	
OBJETO	Contratação de empresa especializada em fornecimento de licença de uso permanente de módulos, objetivando a aquisição e a subscrição de <i>plug-ins</i> , <i>templates</i> e banco de imagens necessários para implementação e manutenção do novo Portal externo (website) e interno (intranet) do Tribunal de Contas do Distrito Federal, através de programação aberta (<i>open source</i>), para atendimento das demandas do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF).
PROCESSO	12830/2017-e
FORNECIMENTO	INTEGRAL E IMEDIATA
TIPO	MENOR PREÇO (ITEM)
RESPONSÁVEIS PELO PROJETO BÁSICO	
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO: Oswaldo Junqueira Vaz Júnior	TELEFONE: (61) 3314-2870 EMAIL: spc@tc.df.gov.br
EQUIPE TÉCNICA: Alessandro Salomão Gonçalves Moacir José da Fonseca	TELEFONE: (61) 3314-2762 EMAIL: alessandro.goncalves@tc.df.gov.br moacir@tc.df.gov.br
EQUIPE REQUISITANTE: Ednaldo Ramos de Souza	TELEFONE: (61) 3314-2242 EMAIL: ednaldos@tc.df.gov.br



1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada em fornecimento de licença de uso permanente de módulos, objetivando a aquisição e subscrição de *plug-ins*, *templates* e banco de imagens necessários para o implementação e manutenção do novo portal externo (*website*) e interno (*intranet*), através de programação aberta (*open source*), que será desenvolvido com recursos humanos do próprio TCDF.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1.1. Disponibilização de componentes de *plug-in*, *templates* e banco de imagens para aperfeiçoamento do sítio oficial do Tribunal de Contas do Distrito Federal, para fins de atendimento às demandas da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI).

2.2. MOTIVAÇÃO

2.2.1. Razões de direito:

2.2.1.1. Conforme o art. 27, incisos I, IX e X, respectivamente, do regulamento dos Serviços Auxiliares do TCDF, aprovado pela Resolução TCDF nº 273/2014, cabe à Secretaria de Tecnologia da Informação do TCDF (STI):

2.2.1.1.1. Formulação de políticas e diretrizes na área de Tecnologia da Informação, bem como na distribuição dos recursos tecnológicos, coordenando e implementando as atividades e soluções delas decorrentes.

2.2.1.1.2. Planejar a aquisição, contratação ou locação de recursos de Tecnologia da Informação de que o Tribunal necessite.

2.2.1.1.3. Zelar pela segurança e integridade de sistemas, dados e informações constantes em bases de dados corporativas.

2.2.1.2. Tendo em vista o que conta no § 1º do art. 1 Instrução Normativa nº 4/2014, que dispõe sobre o processo de contratação de Soluções de Tecnologias da Informação, recepcionado pelo Decreto Distrital nº 37.667/2016, nas contratações cuja estimativa esteja inferior ao previsto no art. 23, inciso II, alínea "a", da Lei nº 8.666/1993, não cabe os procedimentos e a elaboração da documentação relacionada daquela Instrução Normativa.

2.2.2. Razões de fato:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL - TCDF
SECRETARIA DE LICITAÇÃO, MATERIAL E PATRIMÔNIO - SELIP
SERVIÇO DE LICITAÇÃO - SELIC

TCDF - SELIP/SELIC
Processo 12830/2017
RA

2.2.2.1. O TCDF mantém um sítio na rede mundial de computadores (internet), cujo domínio é o <www.tc.df.gov.br>, com objetivo de divulgar ações no cumprimento de sua missão institucional.

2.2.2.2. O aludido sítio foi construído e é mantido pela solução de gestão de portais de software livre conhecida no mercado como Liferay Enterprise Edition, introduzida neste Tribunal pela signatária do Contrato nº 27/2007.

2.2.2.3. Ademais, com a adoção em massa de dispositivos móveis pelo público em geral, o portal do TCDF na internet está defasado para os diversos sistemas operacionais desses dispositivos.

2.2.2.4. Noutro giro, cabe acrescentar que, além da internet, o TCDF mantém um portal concentrador de serviços e informações disponibilizados ao seu público interno (membros, servidores, estagiários, contratados), conhecido como intranet, que serve de porta de entrada para os sistemas gestados (ou não) e geridos pelo seu corpo técnico, este que também será modificado em sua totalidade.

2.2.2.5. Em complementação, releva salientar que a intranet atual do TCDF não dispõe de solução capaz de prover as unidades internas de ferramentas de comunicação e interação, apta ao trabalho colaborativo, relegando o processo comunicativo dessas unidades ao atraso no que diz respeito às dificuldades inerentes aos meios de comunicação analógicos (instabilidade, indisponibilidade, ruídos na comunicação, falta de transparência).

2.2.2.6. É oportuno destacar que esta STI havia iniciado tramitação de procedimento para contratação de empresa especializada (processo nº 21.534/2014), com vistas à atualização tecnológica e reestruturação do portal atual. Esse processo, estimou uma despesa, para 12 (doze) meses de contratação de serviços e implementações no valor de R\$ 946.066,67 (e-Doc B4102D58, página 51).

2.2.2.7. Todavia, a diretoria da STI decidiu por realizar um novo estudo e um novo projeto para atualização e desenvolvimento dos novos portais (interno e externo) com recursos humanos do próprio TCDF. O objetivo é dotar as equipes de gestão dos portais de uma maior independência operacional e tecnológica e, também, garantir maior controle sobre os recursos empregados no desenvolvimento.

2.2.2.8. Além disso, o novo projeto de desenvolvimento dos portais trará uma expressiva redução de custos em comparação aos recursos estimados no projeto do processo nº 21.534/2014, além de trazer maior autonomia para os desenvolvedores do próprio Tribunal, eliminando a dependência de terceiros para mudanças, customização e implementação de melhorias, restando inequívoca a vantagem para Administração em todos os sentidos.

2.2.2.9. Nesse sentido, para viabilizar o desenvolvimento próprio dos portais, com vistas ao



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL - TCDF
SECRETARIA DE LICITAÇÃO, MATERIAL E PATRIMÔNIO - SELIP
SERVIÇO DE LICITAÇÃO - SELIC

TCDF - SELIP/SELIC
Processo 12830/2017
RA

atendimento das necessidades do TCDF com maior economicidade, serão necessárias as aquisições de algumas licenças de módulos operacionais de desenvolvimento, chamadas "*plug-ins*", com as quais os desenvolvedores farão o desenvolvimento e implementações específicas.

2.2.2.10. Sendo assim, por se tratar de desenvolvimento utilizando programação em código aberto, *open source*, é necessária a contratação de uma empresa para intermediar a aquisição de *plug-ins*, *templates* e banco de imagens que serão utilizados pelo desenvolvimento do novo portal, a ser feito pela Unidade de Desenvolvimento de Soluções.

2.2.2.11. Por fim, importa salientar que o Serviço de Desenvolvimento de Soluções está aparelhado para reformulação dos portais interno (intranet) e externo (internet) do TCDF com vistas a adequá-los aos ditames legais e atender as necessidades corporativas deste Tribunal, fazendo-se mister a presente contratação.

2.3. RESULTADOS A SEREM ALCANÇADOS

2.3.1. Reconhecimento como confiável os *plug-ins*, *templates* e banco de imagens, permitindo a sua execução na máquina dos desenvolvedores dos portais da Internet e intranet.

2.3.2. Agilidade no processo de gerenciamento de conteúdo do portal do TCDF;

2.3.3. Mitigação do risco de solução de continuidade dos serviços atualmente ofertados pelos portais interno e externo;

2.3.4. Aumento da produtividade, com a integração de fluxos de trabalho ao portal da intranet e oferta de novos serviços;

2.3.5. Agilidade, com a disponibilização de ferramentas de comunicação digital (fóruns, salas de reuniões virtuais etc.);

2.3.6. Responsabilidade, com a adequação do conteúdo do portal quando acessado por dispositivos móveis;

2.3.7. Padronização da forma de consulta e exibição de dados, minimizando-se a necessidade de aprendizado e adaptação pelos usuários que se servem dos serviços ofertados pelos portais do TCDF;

2.3.8. Atendimento pleno a todas unidades do TCDF, com a disponibilização de portais de intranet e internet modernos, passíveis de customização e aperfeiçoamento pelas próprias unidades do TCDF, além da possibilidade da livre intervenção na solução de TI pelas unidades da STI, quando necessária à evolução e melhor desenvolvimento em aspectos mais técnicos da solução.

2.4. DA JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DESTA SOLUÇÃO

2.4.1. Considerando as necessidades do TCDF, busca-se a autonomia de desenvolvimento da equipe técnica do Tribunal, bem como a ampla liberdade de customização e adaptação das várias unidades do TCDF,



além da inequívoca economicidade.

2.4.2. Com isso, a STI optou pela utilização de ferramenta com código aberto denominada de *open source*, para o desenvolvimento dos Portais da Intranet e Internet, sendo escolhida a plataforma *Wordpress*. Os trabalhos de implantação foram iniciados em fevereiro de 2017, pelos próprios técnicos da equipe do Serviço de Desenvolvimento de Soluções - SDS/STI/TCDF.

2.4.3. Inicialmente, a STI iniciou procedimento para contratação de empresa especializada para implantação e customização completa dos novos portais (processo nº 21.534/2014), mas, considerando o alto custo dessa primeira proposta, bem como a necessidade de maior autonomia no desenvolvimento das soluções, além da simplicidade para que todas as unidades do TCDF pudessem alimentar, manter, customizar e adaptar as suas respectivas páginas, tanto na intranet como na internet, optou-se posteriormente pela implantação dos novos portais fazendo uso da plataforma *Wordpress*, ferramenta que trabalha com código aberto, modalidade também denominada de *open source*

2.4.4. Do amplo trabalho desenvolvido ao longo de vários meses, foi disponibilizado o portal da Intranet aos usuários do Tribunal em meados de agosto de 2017. Saliente-se que a solução disponibilizada foi inteiramente desenvolvida por meio de *plug-ins*, *templates* e banco de imagens disponíveis no mercado na modalidade *free* (livre).

2.4.5. Saliente-se que em março de 2017 foram ministrados treinamentos às unidades do TCDF para que seus agentes estivessem aptos à alimentar, manter, customizar e adaptar as suas respectivas páginas, tanto na intranet como na internet, de modo que as soluções (intranet e internet) adquirissem a dinâmica que lhe é própria, pela atuação de todas as unidades do Tribunal na manutenção dos sítios, em face da simplicidade no uso da ferramenta *Wordpress*, que dispensa conhecimentos estritamente técnicos para consecução de tais funções.

2.4.6. Podem ser citadas as seguintes unidades que participaram dos treinamentos e que estão aptas a manter as suas páginas nos sítios da Intranet e Internet do TCDF:

2.4.6.1. Núcleo de Fiscalização de Tecnologia da Informação (NFTI);

2.4.6.2. Secretária de Gestão de Pessoas (SEGEP);

2.4.6.3. Secretaria de Macroavaliação Governamental (SEMAG);

2.4.6.4. Biblioteca;

2.4.6.5. Escola de Contas Públicas (ESCON);

2.4.6.6. Ouvidoria;

2.4.6.7. Serviço de Execução Orçamentária (SEORC);



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL - TCDF
SECRETARIA DE LICITAÇÃO, MATERIAL E PATRIMÔNIO - SELIP
SERVIÇO DE LICITAÇÃO - SELIC

TCDF - SELIP/SELIC
Processo 12830/2017
RA

- 2.4.6.8. Gabinete do Conselheiro Paiva Martins (GCPM);
- 2.4.6.9. Secretaria-Geral de Administração (SEGEDAM);
- 2.4.6.10. Assessoria de Comunicação Institucional (Imprensa);
- 2.4.6.11. Divisão de Controle Interno (DCI);
- 2.4.6.12. Jurisprudência;
- 2.4.6.13. Divisão de Programas de Saúde (DISAÚDE);
- 2.4.6.14. Serviço de Cadastro Funcional (SECAF);
- 2.4.6.15. Secretaria de Tecnologia da Informação (STI);
- 2.4.6.16. Núcleo de Acompanhamento da Gestão Fiscal (NAGF);
- 2.4.6.17. Ministério Público junto ao Tribunal de Contas (MPJTCDF); e
- 2.4.6.18. Secretaria das Sessões (SS).

2.4.7. Por oportuno, é relevante frisar que os sítios da Intranet e Internet já estão em pleno funcionamento, com as referidas unidades já aos cuidados das suas respectivas funções em alimentar, manter, customizar e adaptar as suas respectivas páginas.

2.4.8. Em vista do avanço na implantação das mencionadas soluções, deve ser observado que todos os *plug-ins*, *templates* e banco de imagens livres já foram utilizados na implantação até aqui desenvolvida, havendo a necessidade de adquirir outros dispositivos que são oferecidos pelo mercado, porém, mediante pagamento.

2.4.9. A falta da aquisição dos mencionados dispositivos pagos inviabiliza uma maior evolução dos portais, inibindo melhorias que ainda são necessárias para a plena satisfação do TCDF e suas unidades e usuários, restando evidente que a presente contratação é premente.

2.4.10. A presente contratação se enquadra em produtos que podem ser denominados de “Licença Pública Geral - GNU”, apesar de serem pagos, são licenças também chamadas de *copyleft*, o que implica que qualquer pessoa que redistribua o software (*plug-ins*, *templates* e banco de imagens), com ou sem modificações, deve passar adiante a liberdade de copiar e modificá-lo, que representa exatamente a liberdade e autonomia para que o Tribunal desenvolva, por si mesmo, as soluções decorrentes do uso do *Wordpress* em conjunto com os respectivos produtos a serem adquiridos.

2.4.11. Assim, forçoso é dizer que apenas a aquisição de licença de uso permanente de módulos, objetivando a aquisição de *plug-ins*, *templates* e banco de imagens, traduz-se como possibilidade viável para o aprimoramento e melhoria dos trabalhos já produzidos ao longo dos vários meses precedentes à



disponibilização dos sítios internos e externos do TCDF.

3. DESCRIÇÃO DO OBJETO

3.1. A contratação deve abranger a aquisição e subscrição de software de *plug-ins*, *templates* e banco de imagens, necessários para a implementação e manutenção do Novo Portal externo (website) e interno (intranet), de acordo com as características técnicas e quantitativo descritos abaixo:

- 3.1.1. **ITEM 1 - AAM COMPLETE PACKAGE:** Plugin que permite o gerenciamento de acesso ao website.
- 3.1.2. **ITEM 2 - EVENTON - ADDON ESSENCIALS BUNDLE:** Pacote de extensões para o *plug-in* EventON que permite a exibição do calendário em intervalos de dias, semanas e meses. Permite maior organização, edição e customização do calendário.
- 3.1.3. **ITEM 3 - GRAVITY FORMS** - *Plug-in* para criação e gerenciamento de formulários para o *Wordpress*.
- 3.1.4. **ITEM 4 - KNEWS:** Plugin que permite o gerenciado do usuário, o gerenciamento de permissões, a personalização de postagens, entre outras funções.
- 3.1.5. **ITEM 5 - WP DATATABLES:** Gerenciador de dados responsivo de tabelas, planilhas e gráficos, na forma de *plug-in* do *Wordpress*.
- 3.1.6. **ITEM 6 - SWEIPE MOBILE THEME :** Otimiza arquivos, e facilita o acesso de sites por via de aparelhos móveis. Software de otimização de sites em aparelhos móveis.
- 3.1.7. **ITEM 7 - WP FILE DOWNLOAD:** Este *plug-in* possibilita a visibilidade de arquivos com apenas um clique e proporciona a restrição
- 3.1.8. **ITEM 8 - ENVATO ELEMENTS - BANCO DE IMAGENS:** Subscrição anual que garante acesso a um banco de imagens, fontes, *templates* gráficos.
- 3.1.9. **ITEM 9 - BETHEME - RESPONSIVE MULTI-PURPOSE :** *Plug-in* que exibe painel de opções avançadas e a ferramenta de criação *Drag & Drop* que oferecem possibilidades ilimitadas de temáticas para a websites.
- 3.1.10. **ITEM 10 - MEGA ADDONS FOR WPBAKERY PAGE BUILDER:** Pacote de *plug-ins* que fornece, pacotes de aparência profissional com viabilidade de uso e funcionamento para construir páginas da Web.
- 3.1.11. **ITEM 11 - ITHEMES SECURITY PRO:** *Plug-in* que possibilita segurança e proteção para websites *Wordpress*.
- 3.1.12. **ITEM 12 - LOGINPRESS:** *Plug-in* que permite gerar URL para usuários, facilita aos usuários o registro (senhas e nomes de usuário), limita as tentativas de acesso para o usuário configurando segurança ao website, entre outras opções referente a acesso de usuários.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL - TCDF
SECRETARIA DE LICITAÇÃO, MATERIAL E PATRIMÔNIO - SELIP
SERVIÇO DE LICITAÇÃO - SELIC

TCDF - SELIP/SELIC
Processo 12830/2017
RA

3.1.13. **ITEM 13 - ADMIN MENU EDITOR PRO:** *Plug-in* que permite a simplificação e a organização do menu administrativo, possibilitando a exposição e o esconderijo de itens dos usuários, criação de menus, configurações, entre outras atividades.

3.1.14. **ITEM 14 - WP MUDEV:** Pacote de ferramentas para desenvolvimento de sítio web.

3.1.15. **ITEM 15 - LDAP/AD:** *Login for Intranet Sites: Plug-in* que permite *login* ao *Wordpress*. Permite também que os usuários se autenticuem em várias implementações LDAP, dentre outros.

3.1.16. **ITEM 16 - ACADEMIST:** *Plug-in* que possibilita a escolha de estilos e temas, a formação e utilização de fóruns e quadros de aviso, facilita a criação de perfis pessoais.

3.1.17. **ITEM 17 - WPLMS:** Esse software permite a criação de um espaço de educacional que permite o gerenciamento de curso, acompanhamento das atividades atingidas bem como do desenvolvimento dos usuários, dentre outras funcionalidades.

3.2. DOS REQUISITOS NÃO FUNCIONAIS

3.2.1. DOS REQUISITOS DE IMPLANTAÇÃO E SEGURANÇA

3.2.1.1. As licenças adquiridas (*plug-ins*, *templates* e banco de imagens), bem como as subscrições de licenças (*plug-ins*, *templates* e banco de imagens) devem representar produtos e serviços originais, nos exatos termos descritos no item 3.1, que deverão ser redistribuídos ao TCDF pela CONTRATADA por meio de **conta de login e senha acesso**, em nome do TCDF.

3.2.2. DOS DEMAIS REQUISITOS NÃO FUNCIONAIS

3.2.2.1. Qualquer dos servidores da STI responsáveis pelo desenvolvimento dos Portais do TCDF poderá ter acesso ao **login e senha** de acesso de que trata o item 3.2.1.1, para fazer uso das licenças e subscrição de licença adquiridos/contratados.

3.2.2.2. A CONTRATADA responsabilizar-se-á pela criação do acesso aos produtos e serviços adquiridos nos termos do item 3.2.1.1.

3.2.2.3. As licenças adquiridas (produtos) passarão à propriedade da CONTRANTE e o serviços (subscrição de licenças) ficarão disponíveis pelo prazo de vigência da contratação.

3.2.2.4. A conta de *login* e senha de acesso de que trata o item 3.2.1.1 deve garantir a baixa (ou download) para uso no desenvolvimento dos Portais do TCDF (internet e intranet) na plataforma Wordpress, pelos técnicos da STI/TCDF.

3.2.2.5. A CONTRATADA se responsabiliza pela plena funcionalidade de todos as licenças e subscrições (*plug-ins*, *templates* e banco de imagens), devendo substituir àquelas que eventualmente não funcionem adequadamente.



4. MODELO DE FORNECIMENTO E INSTRUMENTO DE AJUSTE

4.1. DO MODELO DE FORNECIMENTO DO OBJETO

4.1.1. Para o fornecimento do objeto do presente Instrumento, deverão ser observadas as condições, as quantidades e as especificações técnicas estabelecidas no item 3.

4.1.2. A entrega do objeto dar-se-á de forma integral e imediata.

4.1.3. A CONTRATANTE somente emitirá Nota Fiscal após a entrega e execução do objeto, conforme disposto no item 4.1.2.

4.2. DO INSTRUMENTO DE AJUSTE

4.2.1. Sem prejuízo do Capítulo III da Lei nº 8.666/1993, o presente Instrumento, demais Anexos e a proposta do adjudicatário serão partes integrantes da Nota de Empenho de Despesa, a qual substituirá o Instrumento de contrato.

4.2.2. A recusa injustificada do adjudicatário em aceitar a Nota de Empenho no prazo de 05 (cinco) dias úteis após seu envio caracteriza o descumprimento total da obrigação, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas e faculta ao TCDF convocar as proponentes remanescentes, obedecida a ordem de classificação.

4.2.2.1. O prazo de que trata este item poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, na forma do disposto no § 1º do art. 64 da Lei no 8.666/1993.

4.2.3. É vedada a subcontratação, cessão ou transferência parcial ou total do objeto deste Instrumento.

4.3. DO LOCAL, DOS PRAZOS E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

4.3.1. Todos os itens do objeto da presente contratação serão entregues junto à Secretaria de Tecnologia da Informação (STI), que poderá ser contatada pelo telefone (61) 3314-2741.

4.3.2. A entrega das licenças e das subscrições se dará por meio da criação de conta de *login* e senha acesso em nome do TCDF, conforme visto no item 3, que poderão ser repassadas via e-mail (que será informado pelo Secretário da STI), ou qualquer outro meio idôneo ao cumprimento da obrigação, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, no máximo, após o recebimento da Nota de Empenho pela CONTRATADA.

4.3.3. A CONTRATADA oferecerá **todo o suporte e auxílio** que se fizerem necessários aos Profissionais Técnicos da STI.

4.3.4. Caso ocorra algum impedimento técnico que impossibilite o acesso previsto no subitem 3.2.1.1, após o prazo de entrega previsto no subitem anterior, considerar-se-á inadimplida a obrigação contratual, devendo a CONTRATADA enviaar os esforços necessários para o saneamento do problema, sujeitando-se ainda às



sanções aplicáveis.

5. MECANISMOS DE GESTÃO CONTRATUAL

5.1. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

5.1.1. Para a execução do ajuste, será adotado o método de trabalho baseado no conceito de delegação de responsabilidades. Esse conceito define o CONTRATANTE como responsável pela gestão do ajuste e pela verificação de conformidade dos produtos aos padrões de qualidade exigidos; e a CONTRATADA como responsável pela entrega dos produtos de acordo com as especificações constantes do item 3.

5.1.2. A execução dos serviços contratados pressupõe a existência dos seguintes papéis e responsabilidades:

5.1.2.1. **Gestor do Contrato:** servidor designado pelo CONTRATANTE para coordenar e comandar o processo de gestão e fiscalização da execução contratual;

5.1.2.2. **Fiscal Técnico do Contrato:** servidor da área de Tecnologia da Informação designado pelo CONTRATANTE para a fiscalização técnica da execução contratual e pela verificação dos resultados pretendidos;

5.1.2.3. **Fiscal Administrativo do Contrato:** servidor da área Administrativa designado pelo CONTRATANTE para fiscalizar a contratação quanto aos aspectos administrativos.

5.1.2.4. **Preposto:** funcionário representante da CONTRATADA, responsável por acompanhar a execução do Contrato e atuar como interlocutor principal com o CONTRATANTE, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;

5.1.2.5. **Técnico de suporte:** funcionário da CONTRATADA ou de empresa terceirizada exclusivamente para assistência técnica especializada, responsável por reoperacionalizar o serviço de conexão e/ou equipamento defeituoso, emitir relatórios de inspeção, ordens de serviço descritiva e, ainda, responsável pela retirada de equipamentos.

5.2. DEVERES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

5.2.1. Designar servidor ou comissão de servidores para acompanhar e fiscalizar o cumprimento do ajuste, assim como para atestar a execução do objeto.

5.2.2. Receber o objeto contratado e atestar a Nota Fiscal/Fatura, desde que atendidas todas as exigências e especificações para os produtos e serviços, constantes do presente Projeto Básico e do Instrumento Convocatório.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL - TCDF
SECRETARIA DE LICITAÇÃO, MATERIAL E PATRIMÔNIO - SELIP
SERVIÇO DE LICITAÇÃO - SELIC

TCDF - SELIP/SELIC
Processo 12830/2017
RA

5.2.3. Efetuar o pagamento devido, após o adimplemento da obrigação, mediante Nota Fiscal devidamente atestada, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências da contratação.

5.2.4. Relacionar-se com a CONTRATADA, exclusivamente, por meio de pessoa por credenciada.

5.2.5. Informar à CONTRATADA, oficialmente, quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato.

5.2.6. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes, que venham ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA ou por seu preposto.

5.2.7. Cumprir e fazer cumprir o disposto no presente Instrumento e no Edital, exercendo a fiscalização do fornecimento do objeto.

5.3. DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

5.3.1. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente contratação, conforme inciso VI, do art.78, da Lei nº 8.666/1993.

5.3.2. Entregar o(s) produto(s) em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas, na quantidade indicada na Nota de Empenho e em perfeitas condições de uso, no prazo estabelecido.

5.3.3. Entregar, no prazo estabelecido, o objeto deste Projeto Básico, junto à Secretaria de Tecnologia da Informação do TCDF.

5.3.4. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento das exigências do presente Projeto Básico, no Edital e seus anexos.

5.3.5. Responsabilizar-se pelas despesas referentes a tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, transportes, embalagens, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham incidir na execução do ajuste.

5.3.6. Indicar profissional para, sem prejuízo de suas atividades, atuar como preposto da CONTRATADA junto ao CONTRATANTE.

5.3.7. Fornecer ao CONTRATANTE todas as informações que este necessárias à fiel execução de suas obrigações contratuais, bem como àquelas essenciais ao desempenho e à confiabilidade do objeto contratado.

5.3.8. Acatar as recomendações e solicitações efetuadas pela fiscalização do contrato atinentes ao atendimento da presente contratação.

5.3.9. Não utilizar o nome do TCDF ou sua qualidade de CONTRATADA, em quaisquer atividades de divulgação empresarial, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e impressos, sem prévia e expressa anuência deste TCDF.

5.3.10. Manter, durante a execução do ajuste, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL - TCDF
SECRETARIA DE LICITAÇÃO, MATERIAL E PATRIMÔNIO - SELIP
SERVIÇO DE LICITAÇÃO - SELIC

TCDF - SELIP/SELIC
Processo 12830/2017
RA

processo de contratação em compatibilidade com as obrigações assumidas.

5.3.11. Comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente, além de outras ocorrências relevantes, em tempo hábil para as devidas providências saneadoras.

5.3.12. Ressarcir ao CONTRATANTE quaisquer danos ou prejuízos causados à Administração decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, nos termos do art. 70 da Lei nº 8.666/1993 em decorrência do fornecimento dos bens.

5.4. DA FISCALIZAÇÃO

5.4.1. A fiscalização e o controle do presente objeto serão exercidos por servidor do TCDF, legalmente habilitado e designado para desempenhar esta função, com poderes para praticar quaisquer atos que se destinem a preservar os direitos do CONTRATANTE, além das atribuições elencadas no art. 2º da Instrução TCDF nº 03, de 22.12.1997.

5.4.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive resultante de imperfeições técnicas, vícios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e na ocorrência destes, não implica corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes.

5.4.3. Sem prejuízo de outras atribuições legais, poderá a fiscalização do CONTRATANTE:

5.4.3.1. Determinar as medidas necessárias e imprescindíveis à correta execução do objeto contratado, bem como fixar prazo para as correções das falhas ou irregularidades constatadas; e

5.4.3.2. Sustar quaisquer fornecimentos que estejam sendo realizados em desacordo com o especificado neste Instrumento, ou ainda que possam atentar contra o sigilo de informações, a segurança de pessoas ou bens do CONTRATANTE.

5.4.4. As decisões e providências que ultrapassarem a competência da fiscalização do presente ajuste deverão ser autorizadas pela autoridade competente em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

5.5. DA VIGÊNCIA E DOS PRAZOS

5.5.1. O prazo de vigência do ajuste fica adstrito ao seu exercício financeiro, podendo ser prorrogado, desde que as despesas a ele referentes sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro do ano corrente, permitindo-se a inscrição em restos a pagar.

5.5.2. Nos termos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666/1993, os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega poderão ser prorrogados, devendo ser mantidas as demais cláusulas do ajuste e assegurada a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro.

5.6. DO RECEBIMENTO DO OBJETO



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL - TCDF
SECRETARIA DE LICITAÇÃO, MATERIAL E PATRIMÔNIO - SELIP
SERVIÇO DE LICITAÇÃO - SELIC

TCDF - SELIP/SELIC
Processo 12830/2017
RA

5.6.1. O objeto contratado será recebido por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante recibo, após o decurso do prazo de até 10 (dez) dias de observação que comprove sua adequação aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei nº 8.666/1993.

5.6.2. Em caso de conformidade, o servidor ou comissão autorizará o pagamento, emitindo o aceite definitivo do objeto.

5.6.3. Qualquer não conformidade quanto ao objeto contratado, apontada pelo servidor, ou comissão, acarretará o não recebimento definitivo. O servidor ou comissão discriminará em termo circunstanciado, em 02 (duas) vias, as irregularidades encontradas, ficando a CONTRATADA com o recebimento de uma das vias para as devidas providências, até o prazo previsto para o adimplemento da obrigação, cientificada de que está passível das penalidades cabíveis previstas no presente Instrumento.

5.6.4. À CONTRATADA caberá sanar as irregularidades apontadas no recebimento, até o prazo previsto para o adimplemento da obrigação, submetendo o objeto impugnado à nova verificação, ficando suspenso o pagamento até a execução das correções necessárias, sem prejuízo de aplicação das penalidades cabíveis.

5.6.5. O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança com relação ao objeto contratado, nem ético-profissional pela perfeita execução do ajuste, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo presente Instrumento.

5.7. DO PAGAMENTO

5.7.1. Ocorrendo o adimplemento da obrigação, a CONTRATADA emitirá Nota Fiscal que, após a devida atestação, será objeto de pagamento a ser processado no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, mediante Ordem Bancária creditada em conta corrente indicada pela CONTRATADA.

5.7.2. Nos termos do Protocolo ICMS 42, de 03.07.2009, os contribuintes enquadrados nos códigos da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) descritos no Anexo Único do referido Protocolo, deverão utilizar a Nota Fiscal eletrônica (NF-e) prevista no Ajuste SINIEF 07/2005, em substituição à Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, salvo nas hipóteses previstas naquele Protocolo.

5.7.3. Nos termos do art. 3º, § 4º da Portaria nº 403/2009 da Secretaria de Estado da Fazenda do Distrito Federal (SEF/DF), com redação dada pela Portaria SEF/DF nº 259/2013, a obrigatoriedade de emissão de Nota Fiscal Eletrônica - NF-e em substituição à Nota Fiscal modelo 3 aplica-se, também, às prestações de serviços sujeitos ao ISS para a Administração Pública direta ou indireta, inclusive empresa pública e sociedade de economia mista, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para fatos geradores ocorridos a partir de 1º de abril de 2014.

5.7.4. Para que seja efetivado o pagamento deverá ser verificada a regularidade da empresa perante a Secretaria de Fazenda do Distrito Federal (SEF/DF), a Fazenda Nacional, a Caixa Econômica Federal quanto



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL - TCDF
SECRETARIA DE LICITAÇÃO, MATERIAL E PATRIMÔNIO - SELIP
SERVIÇO DE LICITAÇÃO - SELIC

TCDF - SELIP/SELIC
Processo 12830/2017
RA

ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF/CEF) e a Justiça Trabalhista (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT). Nesse sentido, é necessária a apresentação das Certidões Negativas de Débitos, emitidas pelos respectivos órgãos, em plena validade, caso as apresentadas na habilitação estejam vencidas.

5.7.5. Havendo erro no documento de cobrança, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, a mesma ficará pendente e o pagamento sustado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, quaisquer ônus por parte do CONTRATANTE.

5.7.6. Caso o CONTRATANTE não cumpra o prazo estipulado no item 5.7.1, pagará à CONTRATADA atualização financeira de acordo com a variação do IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas, proporcionalmente aos dias de atraso.

5.7.7. Se a CONTRATADA for optante pelo Simples Nacional, essa condição deverá ser informada na Nota Fiscal/Fatura, sob pena de serem retidos na fonte os tributos incidentes sobre a operação, relacionados no art. 13 da Lei Complementar nº 123/2006.

5.7.8. Nenhum pagamento será feito à CONTRATADA, caso o(s) fornecimento(s) seja(m) rejeitado(s) pela fiscalização do ajuste, devendo esse(s) ser substituído(s) ou corrigido(s) pela CONTRATADA de modo a obter a aprovação da fiscalização, quando for o caso.

5.7.9. Nos termos da Lei Distrital nº 5.319/2014, o contribuinte do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), ainda que imune ou isento, cuja sede, ou matriz econômica, seja estabelecida em outra unidade da federação, sem filial no Distrito Federal, mas que, por força de contrato, convênio ou termo, vise à prestação de serviços no Distrito Federal, em caráter permanente ou temporário, fica obrigado a inscrever-se no Cadastro Fiscal do Distrito Federal - CF/DF.

5.8. DO REAJUSTE DE PREÇO

5.8.1. O valor do objeto da presente contratação é fixo e irredutível.

5.9. DA GARANTIA CONTRATUAL

5.9.1. Não será exigida a garantia contratual prevista no art. 56 da Lei nº 8.666/1993.

5.10. MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO

5.10.1. Para informar o descumprimento de alguma norma pela CONTRATADA, será utilizado o envio de ofícios escritos, para ciência e providências.

5.10.2. O uso de mensagens eletrônicas (e-mail) também poderá ser utilizado para agilizar a comunicação entre as Partes.

6. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL - TCDF
SECRETARIA DE LICITAÇÃO, MATERIAL E PATRIMÔNIO - SELIP
SERVIÇO DE LICITAÇÃO - SELIC

TCDF - SELIP/SELIC
Processo 12830/2017
RA

6.1. As especificações técnicas constam do item 3 deste Instrumento e do Anexo II (Especificações Técnicas) do Instrumento Convocatório.

7. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas decorrentes da contratação do objeto deste Instrumento correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

7.2. A Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças do TCDF indicará o Programa de Trabalho, a fonte, a natureza de despesa, o código de subatividade e outras informações atinentes à classificação orçamentária das despesas decorrentes.

8. DAS SANÇÕES APLICÁVEIS

8.1. O atraso injustificado na execução do objeto sujeitará a CONTRATADA à multa de mora, calculada de acordo com as fórmulas e os percentuais a seguir, a depender do tempo total de atraso, garantida prévia defesa, sendo observadas eventuais prorrogações de prazo autorizadas a critério do CONTRATANTE.

8.1.1. Cálculo da multa de mora:

8.1.1.1. $M_1 = 4\% \cdot (a/b) \cdot V_E$, quando o tempo de atraso "a" for inferior ou igual ao prazo contratual inicialmente estabelecido para cumprimento da obrigação ($a \leq b$); ou

8.1.1.2. $M_2 = 4\% \cdot V_E + 6\% \cdot [(a-b)/b] \cdot V_E$, quando o tempo de atraso "a" for superior ao prazo contratual inicialmente estabelecido para cumprimento da obrigação, ($a > b$), em que:

□ **M₁**: é o valor da multa de mora, quando o tempo total de atraso "a" for inferior ou igual ao prazo contratual estabelecido para cumprimento da obrigação, ($a \leq b$);

□ **M₂**: é o valor da multa de mora, quando o tempo total de atraso "a" for superior ao prazo contratual estabelecido para cumprimento da obrigação, ($a > b$);

□ **a**: é o tempo total de atraso na execução do objeto², dado na mesma unidade de medida do prazo contratual estabelecido;

□ **b**: é o prazo contratual estabelecido para o cumprimento da obrigação; e

□ **V_D**: é o valor do objeto, ou de sua parcela, que foi demandado.

8.1.2. O valor da multa de mora limitar-se-á a 10% (dez por cento) do preço total oferecido na contratação, ressalvada a hipótese constante do item 8.3.

² Ο tempo total de atraso να εξεχλ| ©ο δο οβφετο χορρεσπονδε αο tempo τρανσχορριδο εντρε ο πενχιμεντο δο πραζο παρα ο χυμπριμεντο δα οβριγα| ©ο ε ο μομεντο δε συνα εφετιωα εξεχλ| ©ο.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL - TCDF
SECRETARIA DE LICITAÇÃO, MATERIAL E PATRIMÔNIO - SELIP
SERVIÇO DE LICITAÇÃO - SELIC

TCDF - SELIP/SELIC
Processo 12830/2017
RA

- 8.2. A multa de mora apurada na forma do item 8.1.1.1 somente será aplicada quando o seu valor for maior ou igual a R\$ 100,00 (cem reais).
- 8.3. Para dar efetividade à aplicação da multa de mora prevista no item 8.1.1.2, fica estabelecido que será cobrado o valor mínimo de R\$ 100,00 (cem reais) para a multa de mora, quando o seu montante apurado for inferior ou igual a este valor.
- 8.4. Pela inexecução parcial ou total do ajuste, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA multa de 12% (doze por cento) ou de 15% (quinze por cento), respectivamente, sobre o valor total do contrato.
- 8.5. O CONTRATANTE poderá, ainda, aplicar à CONTRATADA, juntamente com a multa por inexecução prevista no item 8.4, as sanções de advertência, de suspensão e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, previstas nos incisos I, III e IV, respectivamente, do artigo 87 da Lei nº 8.666/1993.
- 8.6. Para dar efetividade à aplicação das multas por inexecução previstas no item 8.4, fica estabelecido que será cobrado o valor mínimo de R\$ 100,00 (cem reais) para cada multa, quando o seu montante apurado for inferior ou igual a este valor.
- 8.7. As sanções de suspensão e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, com fulcro no art. 88 da Lei nº 8.666/1993, poderão também ser aplicadas ao Adjudicatário que:
- 8.7.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - 8.7.2. Tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação/contratação;
 - 8.7.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 8.8. As multas tratadas no presente tópico serão descontadas do pagamento eventualmente devido pela Administração, da garantia, quando houver, ou, na impossibilidade de ser feito o desconto, recolhidas pela CONTRATADA mediante depósito em conta corrente do CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

9. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 9.1.1. Sugere-se que seja adotado o critério de **MENOR PREÇO** para julgamento e classificação das propostas, observados os prazos máximos, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade definidos neste Instrumento.
- 9.1.2. O objeto a ser contratado se enquadra no conceito de serviço comum, cujo valor estimado se encontra dentro do limite estabelecido no inciso II, art. 24, da Lei nº 8.666, de 1993, satisfazendo, portanto, ao



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL - TCDF
SECRETARIA DE LICITAÇÃO, MATERIAL E PATRIMÔNIO - SELIP
SERVIÇO DE LICITAÇÃO - SELIC

TCDF - SELIP/SELIC
Processo 12830/2017
RA

requisito de contratação por meio de **Dispensa de Licitação**.

9.1.3. No preço apresentado, deverão ser incluídas todas e quaisquer despesas necessárias para o fiel cumprimento do objeto desta contratação, inclusive todos os custos com salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal do fornecedor, como também transportes de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direto ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento do ajuste.

9.2. DOS CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO

9.2.1. As disposições que tratam da HABILITAÇÃO dos licitantes constam do parágrafo 4 do Instrumento Convocatório.

10. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

10.1. As disposições constantes neste Instrumento foram elaboradas com base nos seguintes normativos:

10.1.1. Lei nº 8.666/1993;

10.1.2. Lei Distrital nº 5.319/2014 e 4.770/2012;

10.1.3. Portaria TCDF nº 273/2014.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Independentemente de declaração expressa, a simples participação nesta Dispensa de Licitação implica a aceitação das condições nela presentes e submissão total às normas nela contidas, bem como ao Ofício nº 23/2019 - SELIC/TCDF.

11.2. É facultado ao TCDF, em qualquer fase deste procedimento, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

11.3. Caso os prazos definidos neste Instrumento não estejam expressamente indicados na proposta, eles serão considerados como aceitos para efeito de julgamento desta Dispensa.

11.4. Em caso de divergência entre normas infra legais e as contidas no Instrumento Convocatório, prevalecerão as últimas.

11.5. O esclarecimento de dúvidas de ordem técnica poderá ser realizado no Serviço de Desenvolvimento de Sistemas (SDS) do TCDF, localizado no Térreo do Ed. Anexo do Tribunal de Contas do Distrito Federal, telefone (61) 3314-2277.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL - TCDF
SECRETARIA DE LICITAÇÃO, MATERIAL E PATRIMÔNIO - SELIP
SERVIÇO DE LICITAÇÃO - SELIC

TCDF - SELIP/SELIC
Processo 12830/2017
RA

11.6. O esclarecimento de outras dúvidas poderá ser realizado no Serviço de Licitação (SELIC), via telefones (61) 3314-2742 ou 3314-2402, das 13h00 às 18h30.

12. DO FORO

12.1 Fica eleito o foro da Justiça Comum do Distrito Federal para dirimir eventuais controvérsias relativas à presente Dispensa de Licitação.

13. DOS ANEXOS

13.1. Anexo II (Especificações Técnicas);

13.2. Anexo III (Modelo da Proposta de Preço).

14. DOS RESPONSÁVEIS PELO PROJETO BÁSICO

14.1. São responsáveis pelo Projeto Básico o Chefe do Serviço de Infraestrutura (SI) e o Supervisor de Planejamento da Contratação (SPC).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL - TCDF
SECRETARIA DE LICITAÇÃO, MATERIAL E PATRIMÔNIO - SELIP
SERVIÇO DE LICITAÇÃO - SELIC

TCDF - SELIP/SELIC
Processo 12830/2017
RA

OFÍCIO Nº 23/2019 - SELIC/TCDF

ANEXO II

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Item	Qtd	Und	Descrição
1	1	un	AAM Complete Package
2	1	un	EventON - Addon Essencials Bundle
3	1	un	Gravity Forms
4	1	un	Knews
5	1	un	WP Datatables
6	1	un	Sweipe Mobile Theme
7	1	un	WP File Download
8	1	un	Envato Elements - Banco de Imagens
9	1	un	BeTheme - Responsive Multi-Purpose
10	1	un	Mega Addons For WPBakery Page Builder
11	1	un	iThemes Security Pro
12	1	un	LoginPress
13	1	un	Admin Menu Editor Pro
14	1	un	WP Mudev
15	1	un	LDAP/AD Login for Intranet Sites
16	1	un	Academist
17	1	un	WPLMS Learning Management System



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL - TCDF
SECRETARIA DE LICITAÇÃO, MATERIAL E PATRIMÔNIO - SELIP
SERVIÇO DE LICITAÇÃO - SELIC

TCDF - SELIP/SELIC
Processo 12830/2017
RA

OFÍCIO Nº 23/2019 - SELIC/TCDF

ANEXO III

MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS

A **[NOME DO LICITANTE]**, por meio de seu representante, vem apresentar proposta de preços para fornecimento de licença de uso permanente de módulos, objetivando a aquisição e a subscrição de *plug-ins*, *templates* e banco de imagens necessários para implementação e manutenção do novo Portal externo (website) e interno (intranet) do Tribunal de Contas do Distrito Federal, através de programação aberta (*open source*), relativo ao Ofício nº 23/2019 - SELIC/TCDF, conforme abaixo:

Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	1	un	AAM Complete Package		
2	1	un	EventON - Addon Essenciais Bundle		
3	1	un	Gravity Forms		
4	1	un	Knews		
5	1	un	WP Datatables		
6	1	un	Sweipe Mobile Theme		
7	1	un	WP File Download		
8	1	un	Envato Elements - Banco de Imagens		
9	1	un	BeTheme - Responsive Multi-Purpose		
10	1	un	Mega Addons For WPBakery Page Builder		
11	1	un	iThemes Security Pro		
12	1	un	LoginPress		
13	1	un	Admin Menu Editor Pro		
14	1	un	WP Mudev		
15	1	un	LDAP/AD Login for Intranet Sites		
16	1	un	Academist		
17	1	un	WPLMS Learning Management System		
Valor Total Ofertado (R\$)					

Prazo de entrega: máximo de 15 (quinze) dias após o recebimento da Nota de Empenho.

Prazo de validade da proposta: de, no mínimo, 60 (sessenta) dias corridos da data de realização do certame.

Declaração: declaramos que atendemos aos requisitos previstos no art. 2º da Lei Distrital nº 4.770, de 22 de fevereiro de 2012.

Nome da Empresa/CNPJ:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL - TCDF
SECRETARIA DE LICITAÇÃO, MATERIAL E PATRIMÔNIO - SELIP
SERVIÇO DE LICITAÇÃO - SELIC

TCDF - SELIP/SELIC

Processo 12830/2017
RA

Endereço:

Telefone/fax/e-mail:


Banco/agência/conta:

Zimbra

selic@tc.df.gov.br

Ofício nº 23/2019 - SELIC/TCDF - Empresa CS TECHNOLOGIES LTDA (CNPJ 05.282.669/0001-37) - Dispensa de Licitação.**De :** selic@tc.df.gov.br

Seg, 11 de fev de 2019 18:05

Assunto : Ofício nº 23/2019 - SELIC/TCDF - Empresa CS TECHNOLOGIES LTDA (CNPJ 05.282.669/0001-37) - Dispensa de Licitação. 1 anexo**Para :** silvio@cstreina.com.brOFÍCIO Nº 23/2019 - SELIC/TCDF
Brasília/DF, 11 de fevereiro de 2019.

Prezado(a) Senhor(a),

Ao cumprimentá-lo(a), convidamos Vossa Senhoria a apresentar proposta de preço objetivando o fornecimento de licença de uso permanente de módulos, objetivando a aquisição e a subscrição de plug-in's, templates e banco de imagens necessários para implementação e manutenção do novo Portal externo (website) e interno (intranet) do Tribunal de Contas do Distrito Federal, através de programação aberta (open source), conforme as especificações e as qualificações apresentadas neste Instrumento e seus anexos, mediante dispensa de licitação.

2. Para que a Administração possa adjudicar a Vossa Senhoria o direito de execução do objeto supracitado, caso apresente o menor preço dentre aqueles cotados, solicitamos a confirmação e a aceitação das condições estipuladas no Anexo I (Projeto Básico) deste Ofício.

***** IMPORTANTE *****

3. Para isso, a proposta deverá:

I. Ser entregue no Serviço de Licitação deste Tribunal, enviada pelo fax: 3314-2742, ou para o e-mail selic@tc.df.gov.br até o dia 15.02.2019, devidamente assinada pelo proponente, contendo especificação clara do serviço;

II. Informar a validade da proposta com, no mínimo, 60 (sessenta) dias corridos;

III. Informar nº do CNPJ para obtenção, via internet, das CNDs (SEF/DF, Fazenda Federal, INSS e justiça trabalhista) e do Certificado de Regularidade do FGTS; e

IV. Informar prazo de entrega de, no máximo, 15 (quinze) dias corridos após o recebimento da Nota de Empenho.

Obs: Deve conter data e assinatura.

4. A habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF (habilitação parcial) e da documentação complementar especificada neste Instrumento.

4.1. O licitante que não atender às exigências de habilitação parcial no SICAF deverá apresentar documentos que supram tais exigências.

4.2. O licitante deverá apresentar, no mesmo prazo para a entrega da proposta, a seguinte documentação complementar:

I. Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda do Distrito Federal, em conformidade com o art. 193 da Lei nº 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), c/c o inc. XIII do art. 4º da Lei nº 10.520/2002 e art. 14, inc. V, do Decreto Federal nº 5.450/2005 c/c art. 7º do Decreto Distrital nº 25.966/2005. Esta certidão será exigida se não estiver contemplada no SICAF.

II. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT); e

III. Declaração de que atende aos requisitos previstos no art. 2º da Lei Distrital nº 4.770, de 22 de fevereiro de 2012;

4.3. Os documentos que não estejam contemplados no SICAF, ou que nele constem como vencidos, deverão ser remetidos em conjunto com a proposta de preços, em prazo idêntico ao estipulado para a entrega da proposta.

4.4. Em caráter de diligência, poderão ser solicitados, a qualquer momento, em original ou por cópia autenticada, os documentos remetidos por fax ou e-mail, bem como correções ou omissões na proposta e documentação remetidas.

4.5. Os documentos encaminhados deverão estar em nome do licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ.

4.6. A não apresentação da documentação constante dos incisos I e II do item 4.2 não implicará a inabilitação do licitante, salvo se não houver possibilidade de consulta dos documentos via Internet.

5. O preço cotado deverá incluir todos os tributos, taxas, embalagens, encargos sociais, fretes, seguro, assistência/suporte técnico durante período de garantia, se for o caso, e quaisquer outras despesas que incidam sobre o objeto a ser executado.

6. Caso seja o adjudicatário, o pagamento será processado no prazo de até 05 (cinco) dias úteis após a devida atestação da Nota Fiscal, sendo necessária a apresentação da 1ª via da Nota de Empenho.

7. As sanções aplicáveis a este procedimento de contratação estão disponíveis no item 8 do Anexo I (Projeto Básico).

8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Instrumento, quando definidos em dias, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

8.1. Somente se iniciam ou vencem os prazos em dias que haja expediente neste Tribunal de Contas do Distrito Federal.

8.2. Para os fins do item 8, serão considerados dias úteis aqueles definidos no calendário oficial do Tribunal de Contas do Distrito Federal, salvo aqueles envolvendo prazos definidos automaticamente pelo sistema ComprasNet.

9. Seguem anexos a este Edital:

9.1. Anexo I (Projeto Básico);

9.2. Anexo II (Especificações Técnicas); e

9.3. Anexo III (Modelo da Proposta de Preços).

Para informações de ordem técnica, favor entrar em contato com o Serviço de Desenvolvimento de Sistemas (SDS) do TCDF, localizado no Térreo do Ed. Anexo do Tribunal de Contas do Distrito Federal, telefone (61) 3314-2277, das 13h00 às 18h30, ou, para outras informações, com o Serviço de Licitação, via telefone (61) 3314-2402.

Atenciosamente,

ASSINADO DIGITALMENTE
Wildson Prado Oliveira
Serviço de Licitação
Chefe



023_PluginPortal_CS.pdf
296 KB
